



Os sete projectos de lei do CDS que [propunham benefícios fiscais para o investimento](#) e os residentes do interior foram chumbados por PS, PCP, BE e PEV. Em três iniciativas, o PSD absteve-se, deixando o CDS isolado ou só com o apoio do PAN.

No caso do aumento da isenção no IMI para prédios urbanos de quem vive nos territórios do interior, a bancada centrista ficou sozinha com a abstenção do PSD e PAN. Relativamente ao reforço da participação do IRS para os municípios, só o PAN se juntou ao voto favorável do CDS. O PSD absteve-se e a esquerda votou contra.

Com a dupla meta de atrair mais pessoas para o interior e preservar quem já é residente, o CDS propôs medidas de discriminação positiva em IRS, transportes e portagens, educação e habitação. Era ainda proposta uma redução de 35% no IRS e que é progressiva, podendo chegar aos 50% em três anos para os residentes dos concelhos do interior.

O CDS retomou ainda outras propostas já apresentadas no ano passado – e também chumbadas pela esquerda – para atrair investimento e reduzir o IRC (para 10%) para empresas instaladas no interior.